Projeto de Lei nº 1464, de 2026

Iniciativa: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

Ementa:

Altera a Lei Maria da Penha para positivar a aplicação do princípio da fungibilidade recursal para recurso contra decisão que indefere ou revoga medida protetiva de urgência e o Código de Processo Penal para prever o recurso em sentido estrito como o recurso cabível contra decisão que indefere ou revoga medida protetiva de urgência.

Assunto: Jurídico - Processo

Data de Leitura: -

Em tramitação

Decisão: -

Destino: -

Último local: 07/04/2026 - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Último estado: 03/09/2026 - PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Relatoria atual: Relator: Senador Styvenson Valentim

Despacho:

06/04/2026

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Relator(es):

Senador Styvenson Valentim

TRAMITAÇÃO

03/09/2026 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Em reunião realizada em 02/09/2026, a apreciação da matéria foi adiada.

28/08/2026 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 65ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 02/09/2026.

20/05/2026 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Em reunião realizada em 20/05/2026, a matéria foi retirada de pauta.

15/05/2026 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Projeto de Lei nº 1464, de 2026

TRAMITAÇÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 32ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 20/05/2026.

06/05/2026 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o relatório do Senador Styvenson Valentim, com voto favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

22/04/2026 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Styvenson Valentim, para emitir relatório.

14/04/2026 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram recebidas emendas no prazo regimental.
Matéria aguarda distribuição.

07/04/2026 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Recebido na CDH.
Prazo para recebimento de emendas:
Primeiro dia: 07/04/2026
Último dia: 13/04/2026.

06/04/2026 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 07/04/2026 a 13/04/2026. Perante a CDH.

06/04/2026 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A presente matéria vai à CDH e, em seguida, à CCJ (em decisão terminativa), nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno do Senado, podendo receber emendas, perante a primeira comissão, pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do mesmo regimento.

Publicado no DSF Páginas 46-49 - DSF nº 42

27/03/2026 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Autuado o Projeto de Lei nº 1464/2026. O projeto vai à publicação.

Publicado no DSF Páginas 43-47 - DSF nº 37

Projeto de Lei nº 1464, de 2026

DOCUMENTOS

PL 1464/2026

Data: 27/03/2026
Autor: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)
Local: Plenário do Senado Federal
Ação Legislativa: Autuado o Projeto de Lei nº 1464/2026. O projeto vai à publicação.
Descrição/Ementa: Altera a Lei Maria da Penha para positivar a aplicação do princípio da fungibilidade recursal para recurso contra decisão que indefere ou revoga medida protetiva de urgência e o Código de Processo Penal para prever o recurso em sentido estrito como o recurso cabível contra decisão que indefere ou revoga medida protetiva de urgência.

Avulso inicial da matéria

Data: 27/03/2026
Autor: Senado Federal
Local: Plenário do Senado Federal
Ação Legislativa: Autuado o Projeto de Lei nº 1464/2026. O projeto vai à publicação.
Descrição/Ementa: -

Relatório Legislativo

Data: 06/05/2026
Autor: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN)
Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Ação Legislativa: Recebido o relatório do Senador Styvenson Valentim, com voto favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.
Descrição/Ementa: PL 1464/2026